

Mark Kirby

Sócio da Sérvulo

“Novo Governo
deve pensar
no modelo da
Direção Geral
de Energia”

Advisory ■ Entrevista





Mark Kirby, sócio da Sérvulo ■ Governo deve tomar medidas “disruptivas” para a DGEG acelerar licenciamentos de renováveis, defende o advogado em entrevista ao JE, destacando que o licenciamento de centrais maiores é “muito difícil”.

“Novo Governo deve pensar no modelo institucional da DGEG”

André Cabrita-Mendes
amendes@medianove.com

O licenciamento de projetos renováveis tem sido um grande desafio. Como olham para este tema?

Está a haver um esforço de contratar e capacitar a DGEG [Direcção-Geral de Energia], mas é muito difícil uma direcção-geral conseguir atrair pessoas qualificadas e bem pagas. Apesar

de se notar uma melhoria recente, é ainda um problema muito grave. Devia haver uma solução disruptiva, porque a DGEG é uma autoridade de energia que lida com o licenciamento de projectos de milhões. São muitos projetos, com metas de transição energética muito ambiciosas, que caem todos na secretária da DGEG, que é uma direcção-geral com limitações de tutela financeira do Ministério

das Finanças, limitações da contratação, limitações ao que se pode pagar às pessoas, limitações procedimentais. O futuro Governo devia pensar no modelo institucional da DGEG: uma agência ou uma empresa pública, mas um veículo que lhe dê outro tipo de flexibilidade.

E as autoridades ambientais?

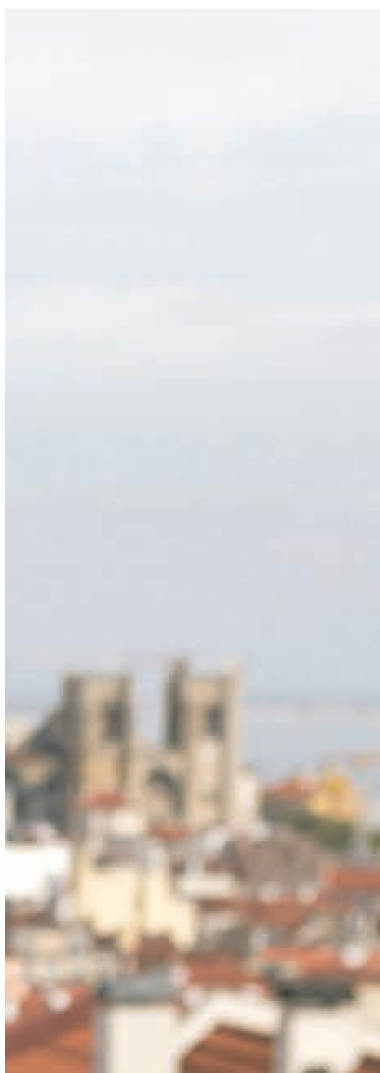
Paradoxalmente, as autoridades ambientais, que são as princi-

pais interessadas na transição energética, muitas vezes são muito rígidas. O ICNF [Instituto de Conservação da Natureza e Florestas] é um terror. Mesmo a APA [Agência Portuguesa do Ambiente], é também de uma grande rigidez. Já as câmaras, apesar das contrapartidas que hoje em dia estão previstas na lei, fecham as portas sistematicamente e dificultam os processos de licenciamento, quer dos

parques, quer das linhas, o que é outro problema grave.

Como têm reagido os vossos clientes?

Temos clientes investidores que numa primeira fase aparecem com entusiasmo porque realmente os projectos são atractivos e há uma grande aposta do Governo no solar em termos políticos e em termos de legislação. Mas depois, ao fim de anos de



frustrações a licenciar projectos, acabam por escolher, numa segunda fase, outras paragens e divergência por outros países da Europa. Estou essencialmente a falar dos projectos maiores.

Algum exemplo em concreto?

Temos um cliente que tinha uma aposta em Portugal de muitos milhões a executar em três fases. A primeira fase está em execução. Mas perante aquilo que foram as resistências administrativas - ao nível sobretudo das câmaras do licenciamento das linhas -, a segunda e a terceira fases já vão ser feitas noutros países.

É muito consativo e muito frustrante: as oportunidades estão lá, há muito para executar sobretudo em termos de solar. Há projetos que são relativamente simples de financiar e de executar. Mas depois há aqui todo um mar de burocracias e de desentendimentos administrativos quanto àquilo que é o interesse público na matéria, que fazem com que o

investimento e a execução dos projectos seja muito difícil.

A grande questão é nas centrais maiores: como pode ser resolvida?

Eliminação dos obstáculos burocráticos ao nível da administração ambiental e da administração autárquica. Nos projectos grandes, o licenciamento é realmente muito difícil e têm que ser tomadas medidas disruptivas ao nível da reformulação da própria DGEG.

O leilão offshore prometia ser aqui o grande tema do setor energético para 2024. Não se sabe o que irá acontecer...

O leilão offshore é complicado. Tem desafios técnicos São tecnologias experimentais, sobretudo se estivermos a falar de offshore flutuante. Julgo que o Governo teve grandes hesitações sobre o modelo que iria adotar para estruturar o leilão. Pôs a hipótese de isto ser feito a duas fases: primeiro, atribuir direitos de ocupação do espaço marítimo sobre os quais os projetos são desenvolvidos. E numa fase mais à frente, abrir uma competição entre aqueles que ganharam na primeira fase o direito a ocupar o domínio público marítimo e concorrerem para os direitos de ligação à rede. Sinceramente, acho um erro ser de duas fases. Posso estar enganado, mas não parece realista que um investidor internacional invista numa primeira fase do procedimento para obter os direitos de ocupação territorial do mar, sem saber se mais à frente vai poder construir porque não sabe se vai ter acesso à rede, se vai poder escoar a energia produzida. Tive muita dificuldade em explicar ao meu cliente que é estrangeiro porque é que ele ia pôr dinheiro numa primeira fase, assegurar direitos de ocupação marítima sem saber se no fim do dia - no segundo concurso que vai ser lançado - iria conseguir obter capacidade de injeção de ligação à rede e vender energia. Isto para financiar um projeto é uma coisa muito difícil.

Ao nível das comunidades de energia quais os problemas identificados no licenciamento?

Há problemas na DGEG porque é preciso registar o autoconsumo colectivo e as comunidades de energia. Para dar um exemplo, temos um cliente nosso que no ano passado tinha centenas



As câmaras municipais fecham as portas sistematicamente e dificultam os processos de licenciamento dos parques e das linhas, o que é outro problema grave.

de pedidos e apenas um estava registado. Durante um primeiro período, porque os contratos são feitos com os clientes, fazia-se o chamado autoconsumo individual, porque esse é mais fácil de registar, prevendo-se contratualmente que assim que a DGEG despachasse o registo do autoconsumo colectivo, depois passasse a ser possível a partilha de energia com os vizinhos. Temos tido notícias que desde o fim do ano passado a DGEG tem conseguido melhorar a sua capacidade de resposta a esse cliente. Já tem 30 ou 40 registados mas ainda tem dezenas, se não centenas, no pipeline ainda à espera. Notou-se que há uma dinâmica acrescida no novo director-geral [Jerónimo Cunha], que entrou em funções há pouco tempo e que, também mais capacitado no seu serviço, conseguiu incrementar a sua capacidade de resposta mas ainda assim, há um atraso que dificulta a disseminação rápida destes sistemas de partilha de energia e de produção descentralizada de energia, que são fundamentais para atingirmos as metas de transição energética.

Faria alguma recomendação ao novo Governo?

Primeiro, olhar para a DGEG, pois não tem os instrumentos de flexibilidade que permitam dar resposta em tempo útil aos desafios que hoje em dia são lançados por quem tem de fazer licenciamento de projetos. Isso é absolutamente fundamental. Depois, vemos que há um conjunto de medidas legislativas que visam eliminar estas resistências que as várias administrações põem ao licenciamento de projetos. Saiu [recentemente] um diploma que vem estender até ao final deste ano o diploma DL 30-A/2022 que tem

algumas medidas excecionais que permitem agilizar os procedimentos de licenciamento, por exemplo, como no caso de projetos de energia renovável que não estão obrigatoriamente sujeitos à avaliação de impacte ambiental, mas em que a APA teria que dar um parecer à DGEG para saber-se submeteria ou não o projeto a licenciamento ambiental. Mas isto é curto. Esta extensão poderia perfeitamente ser até ao fim de 2025, por exemplo. Mas sobretudo a pergunta é: se percebemos que este alívio de constrangimentos administrativos, quer na área ambiental, quer na área municipal, não estão a ter um impacto negativo nos valores que se pretendem proteger do urbanismo e do ambiente, porque não transformar isto em regra? Ainda agora tivemos a legislação do Simplex Urbanístico que entrou em vigor e que também vem aliviar, em geral, não apenas para os projetos de renováveis, a burocracia urbanística que é muito evidente em Portugal.

Que simplificações o DL 30-A/2022 prevê?

Este diploma excecional dispensa a intervenção da APA, pois entendeu-se que para acelerar os licenciamentos e o cumprimento das metas de renováveis, transitoriamente, a APA tinha um papel subsidiário. E para esses projetos, que não estão em zonas sensíveis, a DGEG poderia autonomamente fazer o licenciamento e não consultar a APA. É também um diploma que alivia os procedimentos de licenciamento municipal para projetos de renováveis, prevendo isenções no caso de centros produtores menos potentes e comunicações prévias noutros, mas portanto, isentando licenciamentos.

Também foram alargadas as compensações para os municípios...

O diploma que prevê as contrapartidas de 13.500€ por megawatt e outras medidas de simplificação foi prorrogado até ao fim deste ano. Mas continuam a haver municípios com portas fechadas e a pôr toda a areia na engrenagem contra a implementação de projetos solares. Tem que haver medidas de concertação administrativa entre o Governo, as autoridades ambientais e as autoridades municipais, para se porem de acordo quanto a objectivos comuns, para se ouvirem reciprocamente.